

UM ROTEIRO PARA ENTENDER O 'PACOTÃO'

Mercado interno encolhe. Saída é exportar. Hora é de investir

Com o corte dos índices que reajustam os salários, os aluguéis e a prestação da casa própria, somado ao tabelamento dos juros bancários, o Governo parece ter completado na última quarta-feira o rol de medidas que visam a estancar uma das mais graves crises econômicas da história do País. A expectativa gerada por essas medidas alimentou nas últimas semanas uma série de boatos fantasiosos, que acabou tendo efeitos sobre os preços de algumas mercadorias e sobre o movimento de alguns ativos financeiros, como, por exemplo, as cadernetas de poupança.

Como os boatos chegam ao nível do absurdo (tipo **vão congelar os depósitos nas cadernetas ou os bancos vão fechar**), eles acabam se esvaziando por si mesmos, sem causar maiores problemas à economia. Já as medidas adotadas na última quarta-feira certamente serão capazes de alterar nos próximos dois anos a estrutura de produção do País. Se chegarmos lá, a economia brasileira não será a mesma em 1985. Eis porque:

Política salarial — o decreto-lei de quarta-feira encerra a fase em que as autoridades governamentais tentaram melhorar o perfil da distribuição da renda via salários. A partir de agora, os altos salários (acima de 20 mínimos) continuarão a receber os mesmos índices da fórmula anterior. Já os salários mais baixos — de um a sete mínimos — sofreram um corte expressivo que, ape-

nas no reajuste do mês de agosto, vai representar uma perda de 7,7 por cento ou seja, o equivalente a um mês de inflação no Brasil.

Em um primeiro momento, como o nível de emprego está diminuindo (há cada vez menos gente trabalhando), é certo que, em função da nova política, a massa de salários pagos vai diminuir consideravelmente. Isto significa menos consumo, tanto de bens mais sofisticados — porque os altos salários continuarão contidos — como dos chamados bens populares ou essenciais.

O mercado interno vai encolher, portanto. A economia passará a ter um excedente de produção para exportar, e é o que conta no momento, pois as contas externas do País são hoje o gargalo da crise. Em resumo, empresa que não estiver preparada para a exportação vai ter muita dificuldade para se expandir ou até para sobreviver.

O Governo mudou não só o índice de reajuste dos salários, mas também o critério para cálculo da produtividade, adicional de aumento negociável entre sindicatos e empresas, que todos recebiam na época dos dissídios coletivos. Se a economia cresce, produtividade; se não cresce, como nos últimos anos, não há o que distribuir. Portanto, as negociações salariais passam a se concentrar em vantagens extras que as empresas devem dar a seus empregados, e não mais sobre os índices de aumento salarial.

Ou seja, o decreto-lei de quarta-feira terá não só efeitos econômicos: ele muda também as relações de trabalho, entre sindicato e empresas.

Mas, se os salários diretos, foram cortados, por um lado, pelo outro o Governo também cortou o reajuste dos aluguéis e adotou critérios mais rígidos de controle de preços. Os aluguéis, teoricamente vão subir igual aos salários; os preços de uma série de produtos industriais (eletrodomésticos, carros, aço, remédios etc), idem. Ficam de fora os produtos alimentícios.

Ao contrário dos salários, os aluguéis e os preços de produtos são mais flexíveis. A rotatividade de inquilinos possibilita a possibilidade ao locador aumentar os aluguéis acima dos índices. Basta que haja mercado para tanto. Já os preços, estão controlados apenas na indústria. O comércio está livre e pode cobrar quanto quiser. Basta também que haja mercado.

Já foi visto, porém, que a massa de salários vai encolher, e com ela o próprio mercado. E nisto que o Governo aposta para que a inflação caia. Como apartamentos para alugar não são exportáveis, a estratégia poderá dar certo no setor habitação (embora o Brasil ainda apresente um fantástico déficit habitacional; há mais gente para morar do que casas disponíveis, o que faz com que a procura sempre supere a oferta, em termos globais). Já os preços das mercadorias dependerão da exportação. Se o empresário conseguir exportar o excedente de produção, poderá manter os preços altos internamente. Se não conseguir, terá de baixá-los para poder vender.

Dessa forma, as autoridades vão ter de administrar a exportação de maneira muito suficiente, a ponto de ajudar as contas externas do País sem provocar escassez de produtos internamente, e mais inflação. Uma dosagem difícil de se conseguir, mas não impossível.

Investimento — O que determina o nível de investimento na economia é a

renda, em primeiro lugar, e a taxa de juros, em segundo. O corte dos salários e da renda dos aluguéis encolhe o mercado interno, em um primeiro estágio. Não deve sobrar recursos para poupança. Ainda mais que, com os juros tabelados, — o segundo fator — o mercado financeiro perderá grande parte de sua atratividade.

Resta para as empresas a oportunidade de se capitalizarem agora, com o corte nos índices de reajuste salarial. Se o capital retido em decorrência da redução dos índices de reajuste salarial for investido de forma eficiente, visando à exportação, em um segundo estágio, aumentará o número de empregos e a massa de salários. O mercado interno então voltará a crescer.

Fica claro a fórmula usada pelo Governo no pacote: retração do mercado interno pela queda dos salários, ajudando as empresas a se capitalizarem, ao mesmo tempo em que força a exportação do excedente de produção.

Tabelamento dos juros — as altas taxas de juros constituíam um dos principais fatores de desorganização da economia. Com preços controlados de um lado pelo CIP, e de outro pagando juros altíssimos, as indústrias estavam vivendo para alimentar o sistema financeiro.

Com os juros tabelados, as indústrias poderão organizar melhor sua produção. Ao mesmo tempo, os bancos não poderão mais oferecer taxas tão altas para seus clientes. O mercado financeiro privado deixará de ser tão atrativo.

A única coisa que não fecha na lógica do pacote econômico é o fato de o Governo manter elevada a remuneração dos títulos públicos. Enquanto os títulos públicos estiverem assim, os investimentos produtivos ficarão inibidos. Melhor aplicar no **overnight** do que criar boi ou expandir a produção da indústria.

Com isso, o Governo tende a absorver todos os recursos disponíveis na economia. E se sabe muito bem que o setor público não é eficiente na reciclagem

do dinheiro que arrecada, pela própria natureza do setor público.

Há, porém, um fator, puramente psicológico, que poderá favorecer os investimentos produtivos. A expectativa que antecedeu as medidas do pacote e mais as intervenções em instituições financeiras geraram um clima de instabilidade junto ao público investidor, que não sabe o que fazer com seu dinheiro.

As pessoas vão percebendo que, em uma economia desorganizada, ter papel ou dinheiro vivo em mão pode não representar nada de uma hora para outra. Assim como na República de Weimar, na Alemanha da década de 20, antes da ascensão do nazismo, quando a inflação atingiu mais de mil por cento.

E preciso haver um equilíbrio entre investimentos produtivos e aplicações em títulos. As pessoas dizem: "o Governo vai congelar os saldos das cadernetas de poupança ou vai decretar feriado bancário. Ao alimentar boatos dessa ordem, certamente não pensam sobre as consequências que uma decisão de tal tipo teria se fosse adotada pelo Governo. A inflação simplesmente seria inculcável já no dia seguinte. Ter ou não ter dinheiro em casa passa a não significar nada. O melhor a fazer é se acalmar, questionar os boatos e planejar os investimentos.

BONS NEGÓCIOS

Se o Governo reduzir os rendimentos dos títulos públicos, as cadernetas de poupança e as ações voltarão a ser bons negócios. As demais taxas do mercado estarão indiretamente tabeladas, enquanto as cadernetas se remuneram pela correção monetária (teoricamente igual à inflação) e as ações têm preços livres. As ações de empresas que têm condições de exportar são a melhor opção. Cadernetas ficarão mais atraentes se o Governo realmente confirmar a intenção de isentar os juros de Imposto de Renda.

Dólar paralelo e ouro são sinônimos de muito risco. Podem valorizar muito, mas de repente podem não valer nada. O mercado é controlado por forças ocultas que podem de uma hora para outra tirar o tapete. No ouro, como grande parte dos negócios é feito sob forma de contratos futuros, o perigo é haver mais papel do que mercadoria. Se houver uma onda de liquidação antecipada de contratos, não existirá tanto ouro para entregar.

CUSTO ALTO

Como foi visto aqui, o pacote que acaba de ser completado pelo Governo tem lógica econômica. Mas não poderá ser implementado sem um alto custo social, consequência de uma grande mudança nos fluxos de renda que deve ocorrer na economia até 1985. Não é necessário especular sobre novas medidas que poderão vir: o Governo certamente acabou seu estoque de providências salvadoras.